

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a CCVM apresentou um lucro de R\$ 48.107 mil, correspondente a R\$ 6,37 por ação, sendo que no segundo semestre de 2018 apresentou lucro de R\$ 28.191 mil. Em 30 de junho de 2019 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 109,52 com aumento de 6,18% em relação ao semestre anterior. São Paulo, 22 de agosto de 2019. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019		2018		Passivo	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante		952.942	1.550.291			Circulante		713.127	804.367		
Disponibilidades		402	1.871			Outras obrigações		713.127	804.367		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	343.156	498.533			Fiscais e previdenciárias	9 e 11	27.433	28.040		
Aplicações no mercado aberto		212.534	471.204			Negociação e intermediação de valores		8	673.917		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		130.622	451.329			Diversas	9	11.777	10.860		
Títulos e valores mobiliários	6	64.772	279.646			Exigível a longo prazo		7.560	6.755		
Carteira própria		-	78.160			Outras obrigações		7.560	6.755		
Vinculados à prestação de garantias		64.772	201.486			Fiscais e previdenciárias	9 e 11	2.223	2.155		
Outros créditos		544.436	769.914			Diversas	9	5.337	4.600		
Rendas a receber		423	407			Patrimônio líquido	14	827.094	750.687		
Negociação e intermediação de valores	8	541.030	766.616			Capital social		495.622	495.622		
Diversos	9	2.983	2.891			De domiciliados no país		495.622	395.622		
Outros valores e bens		176	327			Aumento de capital		-	100.000		
Despesas antecipadas		176	327			Reservas de capital		2.153	2.044		
Realizável a longo prazo		589.331	5.972			Reservas de lucros		283.618	211.356		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	583.151	-			Lucros acumulados		45.701	41.665		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		583.151	-			Total do ativo		1.547.781	1.561.809		
Outros créditos		6.180	5.972								
Diversos	9	6.180	5.972								
Permanente		5.508	5.546								
Imobilizado de uso		5.508	5.546								
Imóveis de uso	10	5.624	5.624								
Outras imobilizações de uso		2.365	1.871								
(-) Depreciações acumuladas		(2.481)	(1.949)								
Total do ativo		1.547.781	1.561.809			Total do passivo e patrimônio líquido		1.547.781	1.561.809		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2017		395.622	-	561	1.483	42.412	268.944	-	709.022
Aumento de capital	14	-	100.000	-	-	-	(100.000)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	41.665	41.665
Em 30 de junho de 2018		395.622	100.000	561	1.483	42.412	168.944	41.665	750.687
Em 31 de dezembro de 2018		495.622	-	561	1.592	45.905	235.307	-	778.987
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	48.107	48.107
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal		-	-	-	-	2.406	-	(2.406)	-
Em 30 de junho de 2019		495.622	-	561	1.592	48.311	235.307	45.701	827.094

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controladora do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 22 de agosto de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Permanente: Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. Até dezembro de 2018, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativos fiscais diferidos referem-se aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2019: (i) O crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) O crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários a serem realizados para o ano corrente.

Em 2018, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

(h) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

(i) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 402 (2018 - R\$ 1.871), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 130.622 e aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 212.534 (2018 - R\$ 47.204).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São representadas por aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 926.307 (2018 - R\$ 498.533) sendo R\$ 130.622 referentes a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 90 dias, R\$ 583.151 (2018 - R\$ 451.329) referentes a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento superior a 90 dias e R\$ 212.534 (2018 - R\$ 47.204) referentes a aplicações em operações compromissadas - posição bancada com prazo inferior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2019	Valor de mercado 2018
Títulos para negociação				
Carteira própria	-	-	-	78.160
LTN	-	-	-	78.160
Vinculados à prestação de garantias	64.771	1	64.772	201.486
LTN	48.517	1	48.518	186.200
Cotas de fundo de investimento	16.254	-	16.254	15.286
Total da carteira de TVM	64.771	1	64.772	279.646

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Vinculados à prestação de garantias	16.254	-	48.518	-	64.772
Total da carteira - 2019	16.254	-	48.518	-	64.772
Total da carteira - 2018	15.286	49.328	144.347	70.685	279.646

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	24.740	-	135.865	-
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	516.290	672.139	630.751	765.467
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	1.778	-	-
Total	541.030	673.917	766.616	765.467

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores de clientes incluindo saldos a receber/pagar correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros de clientes. Parte dos saldos disponíveis de clientes é oriundo do custodiante global, JP Morgan Securities PLC, que é uma empresa coligada.

9. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 4.387 (2018 - R\$ 4.290) (Nota 11) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 3.987 (2018 - R\$ 3.978) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 24.696 (2018 - R\$ 26.012) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 2.223 (2018 - R\$ 2.155) (Nota 11). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 13.235 (2018 - R\$ 11.514), para despesas administrativas no valor de R\$ 971 (2018 - R\$ 1.021) e provisão para processos trabalhistas no montante de R\$ 630 (2018 - R\$ 600) (Nota 11).

10. Imobilizado de uso: "Imóveis de uso" estão representados em 30 de junho de 2019 e 2018 por edificações, no valor de R\$ 2.904 e terrenos, no valor de R\$ 7.720.

11. Passivos contingentes e obrigações legais
As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais e previdenciárias	4.334	4.238	2.223	2.155
Trabalhistas	53	52	630	600
Total	4.387	4.290	2.853	2.755

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Obrigações Legais		Total 2019	Total 2018
	Trabalhistas	Legais	Trabalhistas	Legais		
Saldo inicial	2.189	614	2.803	2.706		
Despesas financeiras - juros	34	16	50	49		
Saldo final	2.223	630	2.853	2.755		

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 23.001 (2018 - R\$ 22.310) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e CFJFIS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 a 2011, 2013 e 2014, no valor de R\$ 29.574 (2018 - R\$ 21.196). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível.

(d) Ações trabalhistas: Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em 2019, as contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montaram R\$ 153 (2018 - R\$ 136).

12. Receitas de prestação de serviços: Referem-se a rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no valor de R\$ 103.542 (2018 - R\$ 96.722).

13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2019	2018
Diferenças temporárias	3.987	3.978
Contingências	245	249
Provisão de honorários advocatícios	345	398
Provisão para pagamentos a funcionários	2.265	1.907
Unidade de ações restritas - RSU (Nota 3(i))	1.086	1.384
Outros	46	40
Total de créditos tributários - ativo	3.987	3.978

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 1.608 (2018 - R\$ 1.719) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 3.454 (2018 - R\$ 3.442). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.987 é estimada em 59% no 1º ano, 8% no 2º ano, 15% no 3º ano, 8% no 4º ano, 1% do 5º ao 7º ano, 2% do 8º ao 9º ano e 3% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.457 (2018 - R\$ 3.228). A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2019 e de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		25.121	21.371		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		25.121	21.371		
Resultado bruto de intermediação financeira		25.121	21.371		
Outras receitas (despesas) operacionais		55.818	54.553		
Receitas de prestação de serviços	12	103.542	96.722		
Despesas de pessoal		(17.154)	(15.939)		
Outras despesas administrativas	17	(19.054)	(15.601)		
Des					

...continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

- A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2019



pwc
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

PricewaterhouseCoopers

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6